



O Ano Internacional para Descendentes de Africanos

Maria da Consolação Lucinda

A ONU declarou 2011 o Ano Internacional para Descendentes de Africanos. A iniciativa, dentre outros propósitos, quer promover o respeito à diversidade e herança culturais dos afrodescendentes. A segunda maior população negra do planeta (e primeira fora do continente africano) encontra-se no Brasil. A missão do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que esta se trata de uma ocasião que ajuda a chamar a atenção para as persistentes desigualdades que ainda afetam esse contingente da população brasileira. Em sintonia com esta proposição e reafirmando o compromisso de promover a cultura dos direitos humanos, a Novamerica tem trabalhado neste ano o lema "Diferenças sim! Desigualdades não!", o que está em total consonância com a iniciativa da ONU com o ano de 2011.

O secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, fez um apelo para que a comunidade internacional se empenhe em garantir aos afro-descendentes os direitos fundamentais, tais como a saúde e a educação, no lançamento oficial do Ano Internacional dos Afrodescendentes. O secretário-geral afirmou que a comunidade internacional não pode aceitar que comunidades inteiras sejam marginalizadas por causa da sua cor de pele e lembrou ainda das metas de integração e promoção da equidade racial estabelecidas pelos países-membros da ONU na Conferência de Durban, em 2001.

Para a Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Navi Pillay, "o Ano Internacional dos Afrodescendentes oferece uma oportunidade única para redobrar nossos

esforços na luta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e outras formas de intolerância que afetam as pessoas de ascendência africana em toda parte." Este compromisso foi reiterado no ano passado, na Conferência de Revisão de Durban, realizada, entre 20 e 24 de abril de 2010, em Genebra (Suíça).

Assim, o propósito da ONU ao declarar 2011 como Ano Internacional dos Afrodescendentes é:

- fortalecer medidas nacionais e cooperação regional e internacional em benefício dos afrodescendentes;
- assegurar o pleno gozo dos direitos econômicos, culturais, sociais, civis e políticos dos afrodescendentes;
- estimular a participação e a integração dos afrodescendentes em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade;
- promover o conhecimento e o respeito à diversidade da herança e da cultura dos afrodescendentes.

O respeito à pluralidade constitui requisito fundamental na construção da cultura dos direitos humanos, pois implica no reconhecimento do "outro", de seus valores e costumes. Através do reconhecimento de que não pode haver discriminações que excluam determinadas pessoas ou grupos do acesso a benefícios de cidadania, estas instituições contribuem para a afirmação da igualdade. No entanto, declarar simplesmente o direito à igualdade não significa que o mesmo será respeitado, seja em termos do

reconhecimento, seja da redistribuição. Por isto, faz-se necessário conhecer os mecanismos pelos quais o direito será exercido e assegurado para serem acionados e cobrados por parte do governo e das agências responsáveis por sua efetivação, principalmente da população afrodescendente.

Portanto, ao tratar algumas temáticas relativas à diferença no âmbito das políticas, a superação das desigualdades é fundamental. As desigualdades socioeconômicas contribuem para que a população negra brasileira, muitas vezes, encontre-se em situação de desvantagem em termos da apropriação dos benefícios sociais de cidadania. No mercado de trabalho brasileiro, por exemplo, o nível de escolarização de uma pessoa negra e outra branca não é, muitas vezes, suficiente para que as mesmas posições sejam ocupadas e que o salário seja igual.

Dentre outras iniciativas, a ONU busca desenvolver um programa de atividades com opiniões e recomendações dos Estados Membros, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, o Grupo de Trabalho de Especialistas sobre os Afrodescendentes do Conselho de Direitos Humanos e outros organismos, fundos e programas pertinentes desta organização. O principal objetivo que se espera alcançar neste ano é aumentar a consciência dos desafios que as pessoas de ascendência africana enfrentam. Espera-se que estas discussões, com vários parceiros, sejam celebradas e soluções para a questão sejam propostas.

Diga Não ao Racismo!

Marcelo Andrade

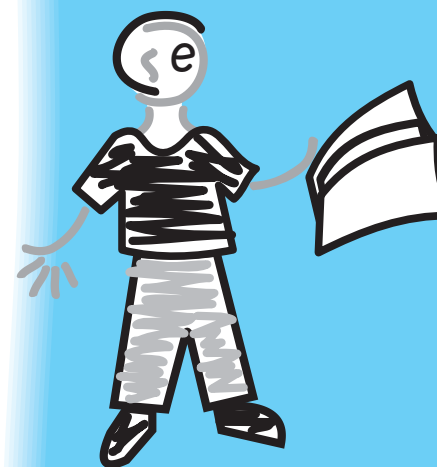
1º momento:

SENSIBILIZAÇÃO

- O animador/a deve apresentar o Jornal Mural Imagens e Palavras, solicitando que os participantes comentem as frases e as imagens do cartaz.
- Em seguida, o/a animador/a lança as seguintes perguntas para o grupo iniciar o debate:
 - É importante um ANO INTERNACIONAL PARA OS POVOS AFRODESCENTES? Por quê?
 - Quais seriam as motivações da ONU para este ano?
 - O racismo é um tema que nos diz respeito ainda hoje?
- Após o primeiro debate, o/a animador/a pode ler o depoimento de Abdias Nascimento, na seção "Com a Palavra...", consultando os participantes sobre a atualidade do mesmo.

2º momento:

APROFUNDAMENTO



- O animador distribui cópias do texto "O Ano Internacional Para Descendentes Africanos", de Maria da Consolação Lucinda, apresentado na seção "Idéias em Foco".
- Após a leitura coletiva do texto, o/a animador/a pode animar o grupo a comentá-lo, destacando a importância do combate ao racismo hoje no Brasil.

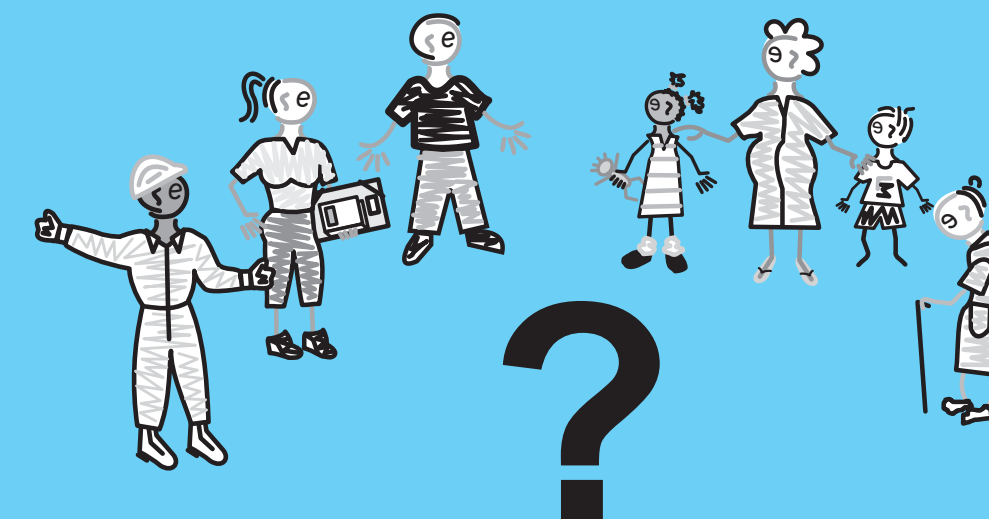
3º momento:

COMPROMISSO

- O/a animador/a pode separar uma notícia que relate um caso atual de discriminação racial.
 - Em seguida, o/a animador/a pede que os participantes se posicionem diante do fato:
 - O que você faria se estivesse diretamente envolvido neste fato?
 - O que você faria se visse este fato acontecendo?
 - O que devemos fazer diante dos casos de racismo hoje?



Candidatas negras a Miss Universo sofrem racismo na internet



A palavra é sua... ...solte a VOZ!

Esta seção está aberta para sua opinião. Comunique-se conosco!

Neste número, o Boletim Cidadania em Rede (BCR) entrevistou **Maria da Consolação Lucinda**, cientista social e doutoranda em antropologia, membro da equipe da Novamerica que atua com formação continuada de professores/as e educadores/as populares na perspectiva dos direitos humanos.



BCR - Qual sua avaliação sobre o preconceito racial no Brasil hoje?

Percebo que avanços significativos podem ser observados nos últimos anos no que se refere às relações raciais, mas não chegamos ainda a um ponto em que se poderia afirmar que o preconceito e suas formas de manifestação tenham sido superados. Nossa sociedade não mudou em termos profundos, em suas estruturas, por isto as conquistas que podem ser mencionadas, apesar de importantes, são exemplos de que os esforços no sentido da mudança devem continuar na agenda de luta dos movimentos populares e sociais que lutam contra o racismo e a discriminação racial.

BCR - Qual a importância, para os defensores da igualdade racial, da ONU ter declarado 2011 o Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes?

Primeiramente, é interessante perceber que passados dez anos da Conferência de Durban, as Nações Unidas confirmam o que os ativistas anti-racistas têm apontado: a problemática do racismo precisa ser enfrentada apesar dos posicionamentos contrários, especialmente no âmbito governamental, que em última instância é que vai ter um peso decisivo em termos da proposição de mecanismos para superar o racismo, o preconceito e as formas conexas de intolerância racial. Em segundo lugar, a declaração aponta para um aspecto interessante que é o reconhecimento de que existe uma questão que afeta os descendentes de africanos, especialmente dos que viveram a diáspora causada pelo tráfico humano que está na base da configuração de uma considerável parte do mundo.

BCR - Que iniciativas os professores e educadores populares poderiam adotar para o combate ao preconceito racial hoje no Brasil?

Nos dias de hoje os educadores têm mais alternativas para desenvolver um trabalho orientado ao combate ao preconceito racial que há duas décadas, por exemplo. Portanto, um aspecto que considero importante é o fomento à pesquisa e ao debate, seja em qual for o âmbito em que o (a) educador(a) atue. Os recursos e a quantidade de material disponível para a realização de investigações são significativos, por isto, a sensibilização poderia ser um primeiro passo. Conhecer documentos como declarações, informes, relatórios e outros tipos de dados sistematizados permite uma aproximação à realidade e ajuda a perceber a questão de uma perspectiva mais objetiva. O passo seguinte seria a organização de atividades no interior do espaço educativo. Dentre as atividades que poderiam ser feitas com este propósito estaria a realização de debates com a participação de ativistas e palestrantes que dominem o tema.